

O presidente fora de contexto

EDUARDO EUGENIO GOUVÊA VIEIRA

Um fenômeno interessante vem marcando a aproximação das eleições de outubro: o da supervalorização do candidato Fernando Henrique Cardoso em detrimento do presidente em pleno exercício do poder. As conseqüências deste tipo de abordagem tão nova para os brasileiros, que só agora travam contato com o mecanismo da reeleição, estão longe de favorecer a governabilidade e uma transformação institucional mais ampla do país. Some-se a isso uma inegável sucessão de acontecimentos marcados por evidente matiz eleitoral e estamos diante de um cenário macropolítico que em nada contribui para a introdução do debate de temas importantes.

A primeira questão a que aludi diz respeito ao que se pode chamar de uma retirada de contexto do presidente. Como se fossem dois os Fernando Henriques, um que governa o país, outro que desperta muito mais interesse, porque quer governar por mais quatro anos. Foi o que aconteceu com o comentário de que só vagabundos se aposentam com menos de 50 anos. A declaração, retirada de contexto, pode

mesmo parecer agressiva. Mas se considerada como seria correto fazê-lo, isto é, como parte dos esforços pela aprovação da reforma previdenciária, transforma-se em algo não apenas compreensível como digno de apoio.

Sabemos muito bem que o sistema previdenciário se tornou inviável, em larga medida, por causa das aposentadorias precoces de servidores públicos em busca de uma fonte de renda adicional.

Além disso, a que fazer uma distinção entre direito e dever. Um milionário tem o direito de não trabalhar. Alguns até se orgulham disso. O que eles ignoram é que têm também o dever, como cidadãos, de produzir e de contribuir para o crescimento do país. E todos sabemos que o presidente se referiu especificamente aos párias que, milionários ou não, acumulam suas aposentadorias e impedem os realmente necessitados e dispostos a trabalhar de ter acesso a um emprego.

Quem entendeu diferente o que disse o presidente agiu de má-fé. E a má-fé foi de quem escutou, não de quem falou. Ou seja, retirar o presidente de contexto neste caso trouxe pelo menos uma conseqüência bastante negativa: a falta de um debate mais aprofundado daqui-

lo que realmente interessa — o futuro da previdência social no país.

Outra característica destes tempos pré-eleitorais é a tentativa permanente de gerar factóides de conotação supostamente desabonadora para políticas de governo. O episódio dos saques e estabelecimentos comerciais no Nordeste é particularmente revelador. Líderes de um movimento que tinha tudo para cumprir importante papel na sociedade brasileira vêm insistindo em desafiar a lei e a ordem a fim de auferir dividendos eleitorais de uma questão tão grave quando a seca e a fome de um povo sofrido. O problema se restringiria ao Ministério da Justiça e a uma ação conjugada das forças policiais de estados e municípios atingidos pelos saques se não fossem declarações no mínimo precipitadas de importantes líderes políticos e até de membros do Judiciário.

Pelo que se tomou conhecimento na imprensa, os saques não foram resultado do desespero e da espontaneidade. Eles foram, isto sim, produto de ações coordenadas com fins de veicu-

lação pela mídia para "pressionar o Governo", conforme alegou um dos líderes do MST.

Ou seja, retirar do contexto as declarações do presidente e o comportamento de líderes do MST no Nordeste revelam um aspecto desolador da atual paisagem política: a ausência de propostas concretas com vistas a um de-

bate mais profundo das questões de interesse nacional. À falta de programas partidários consistentes e de alternativas viáveis, a arena escolhida pela oposição para o embate político não tem contemplado a participação da sociedade. É uma pena.

O resultado é um desinteresse preocupante pelas eleições que se aproximam. Ao contrário do que ocorreria até fins da década de 80, os últimos pleitos não têm sido capazes de mobilizar a opinião pública como seria desejável num país com tantas coisas por fazer com é o caso do Brasil. Uma proposta relevante como a do Congresso Revisor, por exemplo, não vem despertando o interesse que deveria.

É fundamental que, de agora até ou-

tubro, as forças políticas que representam a sociedade busquem ocupar espaços e divulgar suas idéias em propostas de soluções pertinentes para o país. É necessário fixar uma pauta de prioridades para discussão conjunta. Só assim a sociedade poderá travar contato com questões efetivamente relevantes e vitais para o desenvolvimento do país, para uma maior racionalização de sua máquina administrativa, de seu sistema previdenciário e de seu sistema tributário. É como poderemos, também, tratar de "reformular as reformas" que não contemplem como se deseja cada um destes aspectos. A nossa Copa do Mundo mais importante não é a que foi jogada na França, e sim a que estaremos disputando em outubro. Para essa, é necessária a participação de todos a fim de que possamos convocar a seleção que melhor nos represente. A Copa que não podemos perder se ganha com seriedade, soluções objetivas para os problemas nacionais e respeito à lei, à ordem e aos adversários. O resto está, definitivamente, fora do contexto.

EDUARDO EUGENIO GOUVÊA VIEIRA é presidente da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan).

Quem entendeu
diferente
o que disse
o presidente
agiu de má fé
